

31/março/2026

À: Get Comercializadora de Energia S.A.
À atenção dos Administradores

Ref.: Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras nº 263QB-034-PB

Prezados senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sas. as demonstrações financeiras da Get Comercializadora de Energia S.A. encerradas em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório do auditor independente.

Atenciosamente,

Rafael Castro Hansted
Sócio

Get Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do
auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 263QB-034-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Ao Administrador da
Get Comercializadora de Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Get Comercializadora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Get Comercializadora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Castro Hansted
Contador CRC 1SP-337.546/O-1

Get Comercializadora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$)

Ativo

	Notas	2025	2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.489	1.286
Contas a receber de clientes	5	24.217	5.790
Valor justo dos contratos de energia	6	8.552	7.563
Adiantamento a fornecedores	7	20.003	19.973
Instrumentos financeiros derivativos	13	-	7.611
Impostos a recuperar	8	67.115	3.005
Estoque	9	160.830	-
Outros créditos		-	126
Total do ativo circulante		286.206	45.354
Ativo não circulante			
Valor justo dos contratos de energia	6	10.639	7.538
Impostos a recuperar	8	35.862	33.640
Partes relacionadas	22	28	22
Tributos diferidos	14	14.109	2.950
Investimentos	10	2.506	2.506
Imobilizado	11	288.178	403.460
Intangível	11	246	263
Total do ativo não circulante		351.568	450.379
Total do ativo		637.774	495.733

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Get Comercializadora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	2025	2024
Passivo circulante			
Fornecedores	12	54.088	26.558
Empréstimos e financiamentos	13	49.557	69.496
Impostos e contribuições a recolher		301	319
Valor justo dos contratos de energia	6	8.635	8.549
Instrumentos financeiros derivativos		726	-
Outras obrigações		18	24
Adiantamento de clientes	7	1	-
Total do passivo circulante		113.326	104.946
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	77.036	123.556
Valor justo dos contratos de energia	6	11.279	10.042
Provisão de contingências	15	2.448	2.327
Partes relacionadas	22	2.826	-
Total não circulante		93.589	135.925
Patrimônio líquido			
Capital social	16.a)	398.666	191.134
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.b)	62.240	74.870
Prejuízo acumulado		(30.047)	(11.142)
Total do patrimônio líquido		430.859	254.862
Total do passivo e patrimônio líquido		637.774	495.733

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Get Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	17	67.077	39.719
Custo da energia comprada	18	(24.821)	(42.243)
Custo de mercadoria vendida	18	(31.959)	-
Lucro (prejuízo) bruto		10.297	(2.524)
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	18	(12.540)	(1.660)
		(12.540)	(1.660)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	6.932	13.428
Despesas financeiras	19	(35.068)	(19.679)
		(28.136)	(6.251)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(30.379)	(10.435)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	20	-	(1.295)
Diferidos	20	11.474	4.867
Prejuízo líquido do exercício		(18.905)	(6.863)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Get Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	2025	2024
Prejuízo líquido do exercício	(18.905)	(6.863)
Resultado abrangente total do exercício	(18.905)	(6.863)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Get Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	Capital social		AFAC	Reserva Legal	(Prejuízos) acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar				
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2 9.000	(350)	10.411	1.004	(5.283)	34.782
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(6.863)	(6.863)
Adiantamento para futuro aumento de capital	16 d)	-	-	226.593	-	-	226.593
Integralização de capital		162.134	350	(162.134)	-	-	350
Saldos em 31 de dezembro de 2024		191.134	-	74.870	1.004	(12.146)	254.862
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(18.905)	(18.905)
Adiantamento para futuro aumento de capital	16 d)	-	-	194.902	-	-	194.902
Integralização de capital		207.532	-	(207.532)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		398.666	-	62.240	1.004	(31.051)	430.859

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Get Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo Líquido do exercício		(18.905)	(6.863)
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa líquido			
gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	11	8.821	934
Provisão de juros	13	22.794	9.122
Variação cambial	13	(6.516)	9.844
Amortização custo de empréstimo	13	289	127
Ganhos com o valor justo de instrumentos financeiros derivativos		-	(7.611)
Tributos diferidos	14	(11.159)	(6.088)
Provisão de contingências	15	121	106
Imposto de renda e contribuição social	20	-	(1.295)
Valor justo dos contratos de energia	6	(2.767)	13.198
Instrumentos financeiros derivativos		8.337	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	5	(18.427)	5.423
Impostos a recuperar	8	(66.332)	(33.891)
Adiantamentos	7	(30)	(7.237)
Estoque	9	(160.830)	-
Partes relacionadas	22	(6)	(22)
Outros créditos		126	(126)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	12	341.075	16.123
Impostos e contribuições a recolher		(18)	1.611
Partes relacionadas		2.826	-
Juros pagos	13	(22.949)	(3.016)
Outras obrigações		(6)	6
Adiantamento de clientes		1	(5.275)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		76.445	(14.930)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	11	(207.067)	(373.835)
Aquisição de ativo intangível	11	-	(246)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(207.067)	(374.081)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de Empréstimos e financiamentos	13	-	162.026
Pagamento principal de Empréstimos		(60.077)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	16 d)	194.902	226.593
Integralização de capital		-	350
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		134.825	388.969
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		4.203	(42)
Saldo no início do exercício		1.286	1.328

Get Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	2025	2024
Saldo no final do exercício		5.489	1.286
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		4.203	(42)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Get Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 20 de setembro de 2018, e tem por objeto a comercialização de energia elétrica, em todas as formas e modalidade no âmbito do setor elétrico e soluções energéticas através do armazenamento com baterias.

Durante o ano de 2024, a Companhia inaugurou uma nova unidade de negócio, Energy as a Service (EaaS), enriquecendo seu portfólio com soluções completas de eficiência energética e sistemas de armazenamento, e posicionando-se como uma plataforma integrada. Uma das primeiras soluções dentro da unidade de negócio de EaaS da Companhia é o Battery Energy Storage System (BESS), ou em português o Sistema de Armazenamento de Energia em Baterias. Esta tecnologia é utilizada para armazenar energia elétrica em baterias para posterior utilização. Esses sistemas são projetados para armazenar a energia, permitindo que esta seja utilizada quando a demanda é maior ou quando a oferta seja menor (como à noite, no caso da geração solar). O BESS pode ser utilizado em uma variedade de aplicações, desde residências e empresas até grandes instalações industriais, ajudando a garantir a estabilidade e a eficiência da rede elétrica, podendo ser utilizado também como regulador de frequência, controlador de tensão, backup de energia, ferramenta de gestão da demanda, especialmente nos horários de pico, visando desde a redução dos custos de energia até a otimização do consumo, propiciando uma ampla gama de economias operacionais. Esse modelo de negócios pode ser adaptado a diversos cenários, incluindo, por exemplo:

Arbitragem de preço: O sistema permite aos clientes maximizarem a economia ao consumir energia nos períodos de menor custo e utilizá-la quando os preços estão mais altos. O BESS é carregado quando a tarifa está em horário fora de ponta e descarrega a energia no horário de ponta. **Peak shaving (Redução de pico):** Esta funcionalidade reduz a demanda de energia durante os períodos de pico, diminuindo os custos de energia e aumentando a eficiência do sistema. O sistema de armazenamento monitora a demanda e, em caso de picos acima da demanda contratada, o BESS (ultrapassagem de demanda) junto à concessionária local.

Estabilização da rede elétrica: Fornece serviços críticos de backup e ajuda na gestão de apagões, contribuindo significativamente para operações mais estáveis e confiáveis.

Integração de energias renováveis: Facilita a integração e o uso eficiente de fontes de energia renovável.

Eficiência Energética: BESS melhora a eficiência geral do sistema de energia, reduzindo perdas e otimizando o uso de recursos energéticos. Isso contribui para uma menor pegada de carbono e menos impacto ambiental.

Redução do Uso de Combustíveis Fósseis: Com a capacidade de armazenar energia para uso em momentos de alta demanda, os BESS reduzem a necessidade de recorrer a usinas de energia a combustíveis fósseis, que são acionadas para atender picos de demanda e que contribuem significativamente para a poluição do ar.

Em 2025 a administração iniciou uma nova estratégia para a linha de negócio "bess" revendendo as baterias adquiridas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e legislação específica da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 2.3.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2026.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos críticos

As áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 6 - Valor justo dos contratos de energia - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo, referentes aos saldos das operações de trading;
- Nota Explicativa nº 19 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo; e
- Nota Explicativa nº 12 - Tributos diferidos - principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para análise da recuperabilidade dos créditos tributários diferidos acumulados.

2.4. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

3. Principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Receita de contrato com cliente e receitas financeiras

Receita de venda de energia elétrica

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica, acordado em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando o controle da energia ou serviços é transferido para a entidade adquirente e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Componentes de financiamento

A Companhia não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência da energia elétrica ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Companhia não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro.

b) Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado.
- Investimentos patrimoniais mantidos para negociação e investimentos patrimoniais para os quais a entidade optou por não reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.
- Compromissos futuros assumidos por meio de contratos de compra e venda de energia elétrica, classificados contabilmente como “Valor justo de contratos de energia” (Nota Explicativa nº 6).

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas são registrados no resultado. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia não possui investimentos em títulos de dívida nos exercícios ora apresentados.

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e tenham sido transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado.

Impairment

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, quando aplicável, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data da celebração do contrato e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo. Em virtude de a Companhia não adotar como política a contabilidade de hedge (*hedge accounting*), as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado, na conta "Outras receitas (despesas) financeiras", líquidas.

a) Valor justo dos contratos de energia

A Companhia possui um portfólio de contratos de compra e venda de energia para atender a demanda e as ofertas do mercado de energia no ambiente de contratação livre (ACL). Tais contratos são contabilizados como instrumentos financeiros a valor justo e são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia na rubrica de "Valor justo dos contratos de energia", na data em que o contrato é celebrado e são remensurados ao valor justo na data do balanço.

O valor justo desses contratos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram premissas internas de análise de submercados e suas respectivas ofertas e demandas, cenários de estresse para preços de alta e de baixa, entrada de novos geradores que possam impactar preços de mercado, lastro capturado pelos últimos doze meses junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, entre outros aspectos. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos for diferente do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data-base, resultante de um saldo ativo ou passivo no balanço. O efeito do valor justo dos contratos de compra e venda de energia está divulgado na rubrica de valor justo dos contratos de energia (Notas Explicativas nºs 15 e 16).

b) Contas a Receber

As contas a receber decorrem substancialmente do fornecimento de energia elétrica faturada e a faturar aos consumidores livres no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, quando aplicável, mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas, quando aplicável. Na prática, pelo fato das contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo não superior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Da mesma forma, em decorrência das características das contas a receber e ausência de histórico de inadimplência, nenhuma provisão para perdas esperadas e/ou incorridas foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

c) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	Vida útil
Computadores e periféricos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Moveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em bens de terceiros	3 anos
Bens em posse de terceiros	15 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

A Companhia reconhece os arrendamentos dos contratos aos quais se aplica o CPC-06 como um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso. O ativo de direito de uso é depreciado pelo prazo do arrendamento pelo método linear.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) líquidas" na demonstração do resultado.

d) Provisões e contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária), quando aplicável, são reconhecidas quando:

- (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

e) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

(iii) Compensação de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Os tributos sobre a renda correntes e diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos correntes e diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

g) Registro das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

h) Empréstimos

Os empréstimos com terceiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

i) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

j) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor diferente do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral e/ou Conselho de Administração.

k) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por ação. A Companhia não possui instrumentos com efeito diluidor, e por este motivo, não existe diferença entre o lucro básico por ação e o lucro por ação diluído.

3.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Durante o exercício de 2025, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) as revisões das normas abaixo, já vigentes no exercício de 2025 sem impacto nas Demonstrações Financeiras.

Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As alterações:

- (a)** esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b)** esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c)** adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d)** atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza: em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como '*contracts referencing nature-dependent electricity*'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: **(i)** orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de own use, **(ii)** condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*) e **(iii)** divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. O Grupo está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: **(i)** medidas de desempenho definidas pela administração; **(ii)** abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e **(iii)** para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações:

Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas:

IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";

IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";

IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e

IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas

alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se:

sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou

estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras": Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras.

Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados.

A Administração da companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas Demonstrações Financeiras, Exceto pelo IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, que resultará em uma alteração completa das demonstrações dos resultados, a Companhia não espera impactos significativos das demais normas nas Demonstrações Financeiras.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	1.131	191
Aplicações financeiras (i)	4.358	1.095
Total	5.489	1.286

(i) As aplicações financeiras consistem em operações de renda fixa com compromissos de recompra lastreadas em certificados de depósitos e outros títulos de emissão de entidades financeiras, remunerados pela taxa média de 90% (90% em 31 de dezembro de 2025) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. De acordo com os contratos firmados pela Companhia e pelos bancos, essas aplicações podem ser resgatadas em prazo inferior a 90 dias, sem perda dos rendimentos. Dessa forma, foram consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber de clientes

	2025	2024
Faturados	20.515	102
Não faturados (i)	3.080	5.437
Clientes (Eaas)	622	251
Total do Contas a receber	24.217	5.790

(i) Composto pelas provisões de vendas de energia de contratos de curto, médio e longo prazos de comercialização de energia convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo contrato de energia foi celebrado até 31 de dezembro e faturado no mês subsequente. A Companhia não tem histórico de perdas ou atrasos com recebíveis em decorrência das características do mercado regulado em que atua, não possui saldos vencidos a longa data e possui garantias contratuais para algumas operações, sendo assim a administração da Companhia entende não haver a necessidade de constituição de provisão para perdas com seus recebíveis. As contas a receber da Companhia, tanto os faturados quanto não faturados, são majoritariamente de curto prazo (em até dois meses).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Valor justo dos contratos de energia

A Companhia opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes.

Instrumentos financeiros (contratos futuros)	2025	2024
Ganho temporário - circulante	8.552	7.563
Ganho temporário - não circulante	10.639	7.538
Perda temporária - circulante	[8.635]	[8.549]
Perda temporária - não circulante	[11.279]	[10.042]
Instrumentos financeiros líquidos	[723]	[3.490]

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data base 31 de dezembro de 2025. A Companhia tem contratos futuros de energia com vencimento até o exercício findo de 2040 e prazo médio total de 5,7 anos.

O valor justo dos contratos de energia estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

7. Adiantamentos

	2025	2024
Adiantamento a Fornecedores - Pré-pagamento (i)	20.003	19.973
Total	20.003	19.973

(i) A Companhia realizou pagamentos antecipados no ano de 2025 referente à compra de energia.

8. Impostos a recuperar

	2025	2024
ICMS (i)	42.615	19.873
IPI (i)	31.048	11.334
COFINS (i)	6.346	2.432
PIS (i)	19.716	-
Outros Impostos	3.252	3.006
Total	102.977	36.645

(i) A operação está relacionada à importação de baterias para revenda, gerando créditos de PIS, Cofins, IPI e ICMS.

9. Estoques

	2025	2024
Produtos acabados (i)	160.830	-
Total	160.830	-

(i) Em 2025, a Companhia iniciou a operação de revenda de sistemas de armazenamento de energia em baterias (Battery Energy Storage Systems - BESS), ampliando seu portfólio de soluções voltadas ao mercado de energia. Essa nova frente de negócios está alinhada à estratégia de diversificação de receitas e ao fortalecimento da atuação da Companhia em soluções integradas para gestão, comercialização e otimização de energia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos

	2025	2024
BBCE – Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia	2.056	2.506
Total	2.056	2.506

Em outubro de 2020 a Companhia adquiriu 1000 ações da BBCE – Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia. O montante está registrado a valor de custo.

Em 30 de setembro de 2022 a Companhia adquiriu 62 ações no valor de 130 e em 9 de dezembro de 2022 adquiriu 84 ações no valor de 176. Não houve mais aquisições no ano de 2023 a 2025.

11. Imobilizado e intangível

A Composição do imobilizado e intangível é como segue:

	2025			2024	
	Taxa a.a. (*)	Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado					
Computadores e periféricos	20%	49	(49)	-	8
Benfeitorias em bens de terceiros	33%	201	(201)	-	-
Móveis e utensílios	10%	119	(119)	-	-
Máquinas e Equipamentos	10%	11.067	(961)	10.106	1.957
Bens em posse de terceiros	6,7%	177.966	(8.727)	169.239	23.335
Imobilizado em andamento		108.833		108.833	378.160
		298.235	(10.057)	288.178	403.460
Intangível					
Software	20%	454	(208)	246	263
		454	(208)	246	263

As movimentações do imobilizado e intangível no período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 respectivamente foram as seguintes:

	2024	Adições	Outros (ii)	Transferências	Baixas	Depreciação	2025
Imobilizado							
Computadores e periféricos	8	-	-	-	-	(8)	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	1.957	-	-	9.039	-	(890)	10.106
Bens em posse de terceiros	23.335	-	-	153.810	-	(7.906)	169.239
Imobilizado em andamento (i)	378.160	207.067	(313.545)	(162.849)	-	-	108.833
	403.460	207.067	(313.545)	-	-	(8.804)	288.178
Intangível							
Software	263	-	-	-	-	(17)	246
	263	-	-	-	-	(17)	246

(i) As adições em imobilizado em andamento se referem a aquisição de baterias e outros ativos para comodato.

(ii) Baterias transferidas para estoque.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores

Os saldos de fornecedores referem-se à aquisição de imobilizado e operações de compra de energia, cujas entregas ocorrerão no próximo evento de liquidação da CCEE.

	2025	2024
Fornecedores de Energia a faturar (i)	3.200	4.893
Outros fornecedores (ii)	50.888	21.665
Total de Fornecedores	54.888	26.558

(i) Composto por provisões para compra de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), cujo contrato de compra e o consumo de energia ocorreu até a data do balanço e o pagamento da fatura ocorreu no mês subsequente.

(ii) Composto por compra de baterias (BESS) e outros ativos.

13. Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui os seguintes empréstimos bancários destacados a seguir:

	2025	2024
Debêntures	96.812	101.139
Empréstimo – Banco Santander	-	16.911
Empréstimo – Banco Itaú	29.781	29.559
Empréstimo – Banco CCB	-	13.995
Empréstimo – Banco Bradesco	-	31.448
Total de Empréstimos e financiamentos	126.593	193.052
Curto Prazo	49.557	69.496
Longo Prazo	77.036	123.556

A empresa possui um empréstimos na modalidade 4131 (contrato de empréstimo internacional), que são feitos em moeda estrangeira, o nome dessa operação vem da Resolução 4131 do Banco Central do Brasil, que regulamenta a aplicação de capital estrangeiro no país. O valor captado no Itaú foi em (EUR), com vencimento em 10 de março de 2026. No dia 25 de julho de 2024 a Get Comercializadora concluiu sua primeira emissão de debêntures verdes, com valor total de emissão de R\$100 milhões. As Debentures contaram com a Pentágono S.A. DTVM na qualidade de Agente Fiduciário, a Caixa Econômica Federal como Coordenador Líder e o Itaú Unibanco como Escriturador e Liquidante.

Os contratos de empréstimos da Companhia possuem cláusulas com algumas hipóteses de vencimento antecipado. Em 2025, a Companhia obteve *waiver* junto aos debenturistas da 1ª Emissão de Debênture da Get Comercializadora, referente ao índice financeiro para o referido exercício.

Os contratos de empréstimos possuem algumas garantias:

1) Garantia complementar do Fundo Garantidor para Investimentos – FGI;

A empresa também possui certas cláusulas contratuais restritivas em seu contrato de debêntures, das quais as mais relevantes são as seguintes:

Relação Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 2 vezes do fiador, neste caso sendo a empresa Matrix Comercializadora. Trata-se de não manutenção pelo Fiador, da relação Dívida Líquida/EBITDA (“Índice Financeiro”) igual ou inferior a 2,00x (dois inteiros), calculada com base nas demonstrações financeiras anuais individuais e auditadas por auditores independentes registrados na CVM, incluindo notas explicativas correspondentes. A primeira apuração do Índice Financeiro será realizada com base no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O conceito de dívida líquida compreende a somatória de dívidas com instituições financeiras, títulos e valores mobiliários representativos de dívida, mútuos a pagar, leasings, saldo líquido de operações de derivativos, subtraídas as disponibilidades em caixa, títulos públicos, aplicações financeiras e equivalentes. O conceito de EBITDA compreende a somatória ou subtração do lucro/prejuízo líquido, acrescido ou subtraído da despesa/receita financeira líquida, acrescida da provisão para o imposto de renda de pessoa jurídica e contribuição social do lucro líquido, acrescido de depreciações, amortizações e exaustões; e acrescido ou subtraído de perdas/lucros resultantes de equivalência patrimonial (ou dividendos recebidos).

			(+)	(-)	(-)	(+)	(+)	
		Taxa	Juros	Pagamento	Pagamento	Variação	Amortização	
			Incorridos	de principal	de juros	Cambial	custo de	2025
							captação	
CDI +			16.162	5.000	15.713	-	224	96.812
Debêntures	2,65% a.a	101.139						
Empréstimo -			2.478	14.808	4.670	89	-	-
Banco								
Santander	CDI +	16.911						
	2,00% a.a							
Empréstimo -			1.414	1.622	-	365	65	29.781
Banco Itaú	CDI +	29.559						
	1,80% a.a							
Empréstimo -			(534)	1.934	728	(799)	-	-
Banco CCB	CDI +	13.995						
	1,80% a.a							
Empréstimo -			3.274	26.713	1.838	(6.171)	-	-
Banco Bradesco	CDI +	31.448						
	2,27% a.a							
Total		193.052	22.794	60.077	22.949	(6.516)	289	126.593

14. Tributos diferidos

	2025	2024
Ativo		
PIS/COFINS Diferido	10.197	323
IRPJ/CSLL Diferido	3.912	2.627
Total Tributos Diferido	14.109	2.950

15. Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não é polo passivo em nenhum processo contingente.

No entanto, a Companhia identificou que em seu quadro de colaboradores correspondente aos exercícios anteriores, havia prestadores de serviços individuais aos quais foram avaliados os riscos de eventuais contingências trabalhistas e uma provisão resultante desta exposição e risco foi constituída em 31 de dezembro de 2022 e atualizada para o exercício findo em 2024 e 2025.

	2025	2024
Trabalhistas	2.448	2.327
Total da Provisão de Contingências	2.448	2.327

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 10 de junho de 2022, foi concluída a transação e assinado o acordo de acionistas que celebra a entrada da Prisma Capital por meio dos seus fundos PCS II Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - IE ("PCSII") e PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - IE ("PSS") no Grupo Matrix Energia.

Em 2023 tivemos a reorganização societária e a empresa Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (Grupo Matrix), passou a ser detentora de 100% das ações da Get Comercializadora.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2024 a controladora aumentou seu capital social de R\$ 29.000 para R\$ 191.134.

Em 2025 a controladora aumentou seu capital social de R\$ 191.134 para R\$ 398.666.

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 398.666, no valor de R\$ 1,98 (um real e noventa e oito centavos) cada ação, conforme composição a seguir:

	%	Quantidade	Valor - R\$
Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	100%	295.777.029	398.666
Total	100%	295.777.029	398.666

Resultados acumulados

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia acumulou prejuízo no valor de R\$ 18.905 (prejuízo de R\$ 6.863 em 2024).

b) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram registrados reserva legal devido aos prejuízos.

c) Distribuição de lucros

No ano de 2025, a Companhia não realizou distribuição de dividendos.

d) Adiantamento para futuro aumento de capital

A Empresa em 31 de dezembro de 2025 possui saldos de R\$ 62.240 para futuro aumento de capital a fim da manutenção do fluxo de caixa e das atividades operacionais da Companhia.

17. Receita operacional

	2025	2024
Receita de venda de energia	51.569	58.190
Variação do valor justo dos contratos de venda energia	(8.184)	(8.340)
Prestação de serviços (Eaas) (i)	3.049	577
Revenda de mercadorias (Eaas) (ii)	41.321	-
(-) Impostos sobre venda de energia	(20.678)	(10.708)
Total	67.077	39.719

(i) Sistemas de armazenamento de energia em baterias (BESS) de propriedade da Companhia, que são disponibilizados a clientes por meio de contratos de comodato.

(ii) Revenda de baterias.

18. Custos e despesas por natureza

	2025	2024
Compra de energia para revenda	(41.916)	(41.672)
Variação do valor justo dos contratos de compra energia	10.950	(4.859)
(-) Impostos Sobre Compras	6.145	4.288
Custo da mercadoria vendida (Eaas) (i)	(31.959)	-
Despesas administrativas	(183)	(117)
Serviços de terceiros	(3.264)	(247)
Provisão para contingências	(121)	(105)
Depreciação e amortização	(8.821)	(934)
Impostos e Taxas Diversas	(151)	(256)
Total	(69.320)	(43.903)

(i) Custo referente a aquisições de Sistemas de armazenamento de energia em baterias (BESS).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Classificados na demonstração do resultado como:

	2025	2024
Custo da energia comprada	(24.821)	(42.243)
Custo da mercadoria vendida	(31.959)	-
Despesas administrativas e gerais	(12.540)	(1.660)
Total	(69.320)	(43.903)

(i) Custo da venda das baterias.

19. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa	6.516	-
Receita de aplicação financeira	261	1.144
Ganhos líquidos com instrumentos derivativos – Fair value	-	12.260
Outras receitas financeiras	155	24
	6.932	13.428
Despesas financeiras		
Variação cambial passiva	-	(9.844)
Juros sobre empréstimos	(22.794)	(9.122)
(-) Juros capitalizados sobre empréstimos	-	2.179
Amortização de custo de captação	(289)	(127)
Fiança bancária	(15)	(2.590)
Despesas bancárias	(445)	(100)
Perdas líquidas com instrumentos derivativos – Fair value	(11.203)	(4)
Outras despesas financeiras	(323)	(71)
	(35.069)	(19.679)
Resultado financeiro	(28.137)	(6.251)

20. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social foram constituídas com base nas alíquotas vigentes e nos lucros tributáveis ajustados pela legislação vigente. A reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos é como segue:

	2025	2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(30.379)	(10.435)
Alíquota nominal combinada	34,0%	34,0%
(=) Tributos calculados à alíquota nominal	10.329	3.548
Exclusões/adições permanentes	1.145	24
	11.474	3.572
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	-	(1.295)
Diferidos	11.474	4.867
	11.474	3.572
Taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social	37,8%	34,2%

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Impacto resultado		
Resultado passivo de contratos futuros de energia elétrica IRPJ/CSLL	(1.560)	4.072
Resultado outras despesas temporárias	2.683	36
Resultado operações financeiras	10.351	759
Subtotal IRPJ/CSLL Diferidos	11.474	4.867
Resultado de contratos futuros de energia elétrica Pis e Cofins diferidos	-	-
	11.474	4.867

De acordo com a legislação fiscal vigente, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não estão sujeitos a prazo de prescrição, mas sua utilização está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis futuros.

21. Instrumentos financeiros

(a) Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são:

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas por inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou investimentos financeiros.

Um dos principais riscos do setor é o descumprimento de contratos, isso ocorre quando uma das partes não honra algum dos compromissos assumidos em contratos de energia (registro, validação na CCEE ou pagamento bilateral), provocando exposição financeira da contraparte. A depender da magnitude da falta, essa pode gerar três efeitos nocivos para a contraparte afetada:

- Exposição adicional ao risco de mercado, dada a substituição do contrato não adimplido por exposição (sobra ou déficit) no mercado a preços de curto prazo, que podem ser desfavoráveis a ela;
- Crise de confiança, limitando a liquidez particular e aumentando o prêmio de risco para fechamento de posições, especialmente em Companhias de pequeno porte;
- Queda de liquidez de mercado em função de necessidade de ajustes de expectativas e aumento da aversão ao risco dos agentes, impactando no tempo de fechamento de posições.

Para mitigar esses riscos a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, histórico de pontualidade de pagamentos e situação junto aos fiscos municipal, estadual e federal, bem como a eventual exigibilidade de garantias de suas contrapartes nas modalidades de cartas de fiança, seguro garantia, caução, reputação e conhecimento técnico dos sócios. Além disso atua com a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, e de concentração de risco de crédito com as contrapartes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elaborou um modelo de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento.

Operação	Indexador	Até 3 meses	3 a 6 meses	6 meses a 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos
Debêntures	CDI + 2,65% a.a	4.776	5.000	10.000	42.036	35.000
Empréstimo - Banco Itaú	CDI + 1,80% a.a	-	29.781	-	-	-
Fornecedores		54.088	-	-	-	-
Total		58.864	34.781	10.000	42.036	35.000

Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em virtude das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociados no mercado. Normalmente o risco é gerado por uma posição de energia em aberto (sobras ou déficits) ainda não convertida em contratos, exposta, portanto, a movimentos de preços de mercado que, em casos desfavoráveis para a Companhia detentora da posição, fazem reduzir seu valor da carteira de energia. Estas flutuações, positivas ou negativas, geram impacto econômico em todos os agentes atuantes no mercado livre de energia e são constantemente monitoradas pela administração da Companhia. A Companhia considera pelo valor já gerado em seu portfólio, e por isto, utiliza de diversos mecanismos de avaliação de risco, tais como: departamento de risco com reporte diário aos administrados, metodologia de risco utilizando VaR "Value at Risk", análise stress e sensibilidades, limites de riscos estabelecidos pela administração, atualização diária de preços e de volatilidade, reuniões semanais de alocação de risco e atualizações diárias das variáveis em risco.

(b) Instrumentos financeiros por categoria valor de justo e contábil

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos ou custo amortizado, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	2025	2024	Mensuração a valor justo
Mensurados a valor justo por meio do resultado			
Valor justo dos contratos de energia (ativo)	19.191	15.101	Nível 2
Valor justo dos contratos de energia (passivo)	(19.914)	(18.591)	Nível 2
Instrumentos financeiros não realizados - vendas de energia (resultado)	(887)	(5.210)	Nível 2
Instrumentos financeiros não realizados - compras de energia (resultado)	20.709	(9.906)	Nível 2
Custos amortizado (ativos financeiros)			
Caixa e equivalente de caixa (Nota Explicativa nº 04)	5.489	1.286	Nível 2
Contas a receber (Nota Explicativa nº 05)	24.217	5.790	Nível 2
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 21)	-	-	
Custos amortizado (passivos financeiros)			
Fornecedores (Nota Explicativa nº 11)	(54.088)	(26.558)	Nível 2
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 12)	(126.593)	(193.052)	Nível 2

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3 a), o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

22. Partes relacionadas

	2025	2024
Ativo circulante		
Contas a receber	1.337	1.545
Valor justo dos contratos de energia	8.552	15.101
Adiantamento a Fornecedores	20.003	19.973
Ativo não circulante		
Outros valores a receber	28	22
Valor justo dos contratos de energia	10.265	-
Passivo circulante		
Fornecedores	2.649	3.650
Valor justo dos contratos de energia	(2.362)	-
Passivo não circulante		
Outras obrigações	2.826	-
Valor justo dos contratos de energia	(5.668)	(4.281)
Receita líquida de vendas		
Receita líquida	30.317	9.831
Valor justo dos contratos de energia	7.297	3.130
Custo da energia comprada		
Custo da energia comprada	(28.808)	(20.412)
Valor justo dos contratos de energia	9.759	(5.047)
*Pré-pagamento de energia.		

A remuneração dos diretores da Companhia e de suas controladas é paga pela empresa Controladora.

23. Eventos subsequentes

Em março de 2026, a companhia liquidou o empréstimo 4131 do banco Itaú no total de R\$ 27.766.

Mudanças na Administração

Após o encerramento do exercício, houve alteração na liderança da Companhia: Wilson Ferrera Júnior assumiu o cargo de Diretor Presidente (CEO), sucedendo Rubens Celso Alves Misorelli Filho, conforme deliberado pelos órgãos de governança.